

# que Editor Armário de Fantasma P.R. maudala

JORNAL DO BRASIL

Minutos antes da abertura da convenção do PMDB que sacramentaria seu nome como companheiro de chapa do candidato Tancredo Neves, então senador José Sarney ainda hesitava sobre a conveniência de comparecer à reunião e assim se expor a eventuais hostilidades dos adversários da véspera. Optou afinal pela presença, e não se deu mal: se não com açúcar, foi recebido até com algum afeto por políticos convencidos de que, sem a companhia de dissidentes do PDS, não seria possível chegar ao poder.

Dias antes da vitória no Colégio Eleitoral, o então candidato a vice-presidente José Sarney ainda duvidava de que a era dos governos militares estava prestes a encerrar-se — as dúvidas só pareceram dissipar-se depois de um encontro com interlocutores bem informados no hotel em que se hospedava em Nova Iorque. Como provaram os fatos, ele agiu bem ao trocar o semblante tenso pelo sorriso dos que contemplam o triunfo iminente.

Horas antes da posse, o então vice-presidente eleito José Sarney ainda não sabia se, consumada a vacância do cargo, a ele caberia assumir a chefia do governo. Menos por questões constitucionais, mais por razões políticas, José Sarney temia ser barrado no baile da nova república, todo ele decorado para o minúeto urdido pela criatividade de Tancredo Neves. Enfim empossado, Sarney tinha, portanto, razões de sobra para constatar que chegara fortuitamente à Presidência da República.

Tanto as tinha que, algumas semanas depois de premiado nessa singular loteria política, comunicou solenemente ao país não desejar mais que quatro anos de governo. Nesse período, a Constituinte completaria seus trabalhos e a ele caberia administrar, além das etapas derradeiras da transição democrática, a primeira eleição presidencial direta após a longa noite autoritária. Foi em nome dessa esperança, a materializar-se em 1988, que a nação concordou em, atendendo ao apelo formulado por Tancredo Neves, tapar as narinas e suportar as desagradáveis emanações do Colégio Eleitoral.

Esse acordo entre os brasileiros e o presidente foi pesadamente golpeado pelo recente pronunciamento, em que José Sarney, atropelando a palavra empenhada, comunicou sua disposição de permanecer no cargo até 1989, numa curiosa homenagem ao centenário da República. É sempre inquietante, além de contristador, constatar que, neste país, mesmo o chefe do governo não tem compromissos com a coerência, nem se julga obrigado a cumprir promessas solenemente assumidas. Mais grave ainda é concluir que, num momento de aflição nacional, o presidente da República investe na crise, como sugerem as alusões contidas no discurso ao fantasma da intervenção militar.

O Brasil é decididamente órfão de estadistas. Nações menos infelizes têm encontrado com mais frequência líderes dispostos a agir com os olhos voltados para o futuro, arrostando sempre que necessário à impopularidade no presente e, sobretudo, renunciando a interesses pessoais. No Brasil, todavia, conforme pregava há alguns anos uma notória campanha publicitária — é preciso levar vantagem em tudo, primeiro mandamento de um manual da esperteza, segundo o qual estadista é o outro nome do ingênuo. Temos, em vez de líderes construindo o futuro, políticos recorrendo a velhos usos e costumes para manter vantagens presentes.

Assim, para assegurarem as vantagens, verbas e empregos com os quais lhes acena o poder federal, constituintes e governadores de estado rendem-se à tese dos cinco anos de mandato. E, enquanto distribui o dinheiro público entre aliados — e demite funcionários ligados a políticos com espinhas menos flexíveis —, o governo simula possuir a chave do armário onde se escondem militares golpistas. As evidências atestam que as forças armadas nem de longe cogitam de interromper a normalidade democrática, mas o mesmo manual da esperteza ensina que não custa nada invocar o fantasma do golpe para assustar correligionários malcomportados. O presidente José Sarney entrou no Palácio do Planalto pela portinhola do acaso. Sua última chance de sair pela porta da frente é convocar eleições diretas para novembro de 1988.